



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



TERMO DE AUTORIZAÇÃO

O Conselho Regional de Farmácia de Sergipe (CRF/SE), por meio de sua Autoridade Competente, o Sr. Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, vem, por meio deste expediente, determinar a instauração de procedimento administrativo para a disponibilização de veículos automotores direcionados ao setor de fiscalização do CRF/SE, a fim de possibilitar a fiscalização do exercício da profissão farmacêutica, conforme disposto no **Memorando Presidência/CRF/SE N° 003/2026**.

CONSIDERANDO que o Conselho Regional de Farmácia de Sergipe, enquanto Autarquia Pública Federal, tem por objetivo a fiscalização do exercício da profissão farmacêutica no Estado de Sergipe, conforme estabelece o artigo 1º.

CONSIDERANDO que, para o exercício de tal atividade, o CRF/SE dispõe, em seu quadro de empregados, de dois farmacêuticos fiscais que executam a atividade de fiscalização no estado de Sergipe. Atualmente, o deslocamento dos fiscais é realizado por meio de dois veículos automotores, disponibilizados pela empresa ABF LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA conforme condições dispostas no termo de contrato de locação de veículos n° 07/2021 celebrado entre a referida empresa e esta Autarquia.

CONSIDERANDO que o referido contrato é regido pela Lei n° 8.666/93, a qual previa em seu artigo 57, inciso II, sobre os prazos dos contratos de serviços continuados, os quais possuem vigência máxima de 60 (sessenta) meses.

CONSIDERANDO que o prazo legal supramencionado será alcançado em **09 de maio de 2026**, inviabilizando assim a sua prorrogação, faz-se necessária a instauração de processo administrativo para disponibilização de meio de transporte adequado para o deslocamento dos farmacêuticos fiscais do CRF/SE, no cumprimento do plano anual de fiscalização.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



Sendo assim, diante das condições apresentadas, **DETERMINO** a deflagração de procedimento de contratação, nas condições previstas a seguir.

Especificações e quantidades:

Após análise de consumo histórico do CRF/SE, têm-se as seguintes quantidades e especificações iniciais para o início da instrução processual:

Item	Descrição da necessidade	Quantidade de fiscais	Prazo mínimo de vigência
1	Deslocamento dos fiscais farmacêuticos do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe para execução da atividade de fiscalização do exercício da profissão farmacêutica no estado de Sergipe.	02	12 meses

Ademais, ressalta-se a necessidade de instrução processual, com a confecção dos artefatos da fase interna do processo licitatório, emissão de parecer jurídico, divulgação do instrumento convocatório e publicação do resultado final, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Aracaju, 06 de março de 2026.

Daniel Andrade de Oliveira
Presidente do CRF/SE